

RETOMADA DO CRESCIMENTO

Economistas vêem melhora tímida no segundo semestre

Eva Rodrigues
de São Paulo

O Brasil vive o vigésimo terceiro ano de um processo de estagnação, sem crescimento e com ajustes não finalizados e está neste momento num ponto de inflexão, afirmou ontem o professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Antônio Barros de Castro, durante o seminário Os Desafios para a Retomada do Crescimento. "Esse ponto de inflexão é difícil de estudar porque não há nele tendência. Mas acho que talvez tudo que tinha de dar errado já deu", observou, referindo-se aos rumos da economia nacional daqui para a frente.

A postura otimista de Castro, que já foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ganhou a adesão dos demais economistas presentes ao evento. Antônio Delfim Netto, por exemplo, acha que a economia apresenta crescimento até o final do ano, "mas nada de espetacular como gostaria o presidente Lula", e aponta como primeira condição para o crescimento um "estado de espírito". "Para crescer, primeiro é preciso querer crescer e depois reconhecer as dificuldades físicas", disse.

O início do governo Lula, insistiu o ex-diretor do BNDES, foi particularmente difícil por conta de uma política compensatória de um ciclo ruim em 2002. "Tomar esse quadro como representativo de realidade e do que vem pela frente é um equívoco."

Na avaliação de Delfim Netto, o País não cresceu nos últimos anos porque foram retiradas do trabalhador e do empresário brasileiros as condições isonômicas necessárias. "Temos um país cuja taxa de tributação é de 36% e com uma sonegação defensiva de 30%. Significa que o sujeito que está produzindo entre-

ga 50% do seu valor adicionado ao governo que não devolve nada, nem segurança, nem saúde, nem educação. É na verdade um ser antropofágico que está comendo a economia brasileira", ponderou, para em seguida elogiar a postura do governo atual, "que pela primeira vez está promovendo o ajuste fiscal pelo lado do corte da despesa e não do aumento de receita".

À observar que a inflação está declinando como efeito da política monetária restritiva implementada pelo Banco Central, Delfim criticou a "meta inflacionária extremamente ambiciosa" inicialmente fixada para 2003. "Mas agora o governo estabeleceu um horizonte

mais longo e não temo a menor dúvida de que temos todas as condições de chegar a 2004 com 5,5% a 6% de inflação."

O vice-presidente de Investimentos da Sul América - ING Seguros, Walter Brasil Mundell, lembrou do período inicial de construção da credibilidade do novo governo, no qual o

Banco Central apertou a liquidez para conter a alta inflacionária e a expansão monetária que vinha sendo verificada desde meados de 2002. "A expansão monetária já foi revertida e a inflação está caindo para patamares mais razoáveis, mas ainda acima da meta", afirmou. Nas previsões da Sul América para 2003 estão um crescimento do PIB entre 1,5% e 1,6%, Selic entre 19% e 20% e IPCA entre 10,5% e 11%.

Entre os desafios a serem vencidos pelo governo, Mundell coloca a melhora nas taxas de investimento no País, que vêm declinando desde os anos 80. "Além dessa taxa baixa, o custo do investimento é cada vez maior no Brasil e financiado em grande parte pela poupança externa", disse, ao acrescentar que o alto spread bancário é um dos responsáveis por esse cenário.



Walter Brasil Mundell